

Território e campesinato: da teoria à práxis¹

Territory and peasantry: from theory to praxis

Eliane Tomiasi Paulino

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Nestes tempos em que a tônica é a homogeneização dos discursos e das práticas, a discussão sobre o território é pertinente e necessária. E aqui o fazemos partindo de um panorama conceitual que resgata contribuições de alguns autores ocupados com a definição de território. Ao dialogar com estas definições, explicitamos as referências que nos permitem ir além da vinculação entre propriedade privada da terra e relações de poder. Por haver duas formas de propriedade, a camponesa e a capitalista, nos ocupamos das implicações da tecnificação agrícola para ambas para, na seqüência, relatar uma experiência de pesquisa/extensão cujo foco é o resgate/reforço da autonomia nas frações camponesas do território, por meio da produção, conservação e melhoramento genético de sementes.

Palavras-chave: Território. Relações de poder. Propriedade privada capitalista da terra. Propriedade privada camponesa da terra. Produção. Conservação e melhoramento genético de sementes.

Abstract: In times where the homogenization of discourse and practice is prevailing, the debate on territory becomes pertinent and necessary. Therefore, we initiate our reflections by presenting a conceptual panorama that investigates the contributions of some authors proposing different definitions of the territory. While dialoguing with these definitions we do specify references that allow us to go beyond the simple link between both private property of land and power relations. As such, we differentiate two forms of property, peasant land property and capitalist land property, and in both cases we analyze the impact of agricultural technology. Then, we expose a practical experience of research/extension work that focuses on the rescue/reinforcement of the autonomy of peasants through production, conservation and genetic improvement of seeds.

Keywords: Territory. Power relations. Capitalist land property. Peasant land property. Production. Conservation. Genetic improvement of seeds.

INTRODUÇÃO

Toda perda de diferenças é uma perda de futuro para as coletividades mais ou menos grandes. Toda perda de futuro nos aproxima da entropia.
(Claude Raffestin)

Elaborar uma reflexão a partir de uma chamada temática é sempre um desafio, e este é por demais instigante, dado o título da mesa: "Panorama da Geografia Cultural: território e identidade". Isso nos coloca

¹ Parte das reflexões contidas neste trabalho foram possíveis graças ao trabalho desenvolvido em comunidades camponesas da região de Londrina em conjunto com os pesquisadores Josué Maldonado Ferreira-UEL, Rosângela Maria Pinto Moreira-UEL e Paulo Roberto Mrtvy-EMATER.

Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Fundação Araucária.

a tarefa de articular os referenciais teórico-metodológicos que movem nosso fazer científico com abordagens que, por suposto, permitam interlocuções nos termos do III Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia, em que se busca o diálogo e a possibilidade de tecer e consolidar redes de pesquisas em âmbito regional.

Entrementes, há uma vasta gama de elementos que tanto podem somar quanto subtrair para que se alcancem tais objetivos, tendo em vista a diversidade de abordagens, dos referenciais teórico-metodológicos, das escalas de análise, dos recortes empíricos, enfim, o que sinaliza para um diálogo que necessariamente se inscreve nos marcos da pluralidade, o que aliás é próprio da ciência.

Sendo assim, é nestes termos que se inscreve esta reflexão, eu diria transversal ao tema proposto, pois esta discussão sobre o território comparece fora dos marcos da Geografia Cultural, a qual vincula-se à fenomenologia, ao passo que aqui está demarcada a perspectiva materialista da abordagem.

Faz-se necessário advertir, deste modo, que não se trata de diferenças sutis, mas de método, pois de acordo com Lencioni (*apud* SPÓSITO, 2004, p. 37), na primeira a percepção do espaço vivido, do lugar, aparece no centro da análise e funda uma abordagem humanista, na qual se procura dar relevo ao fenomênico a partir do sujeito, sobressaindo-se o simbólico e a subjetividade das interações sociais.

Por sua vez, a abordagem materialista está fundada na perspectiva da concreticidade dos fenômenos, partindo do princípio marxiano de que são as condições concretas de existência, demarcadas pelo lugar ocupado na esfera da produção material, que determinam a consciência, logo, as práticas socioterritoriais. Esta é, pois, a perspectiva adotada pelo debate conceitual sobre o território, que em sua

multiescalaridade comporta expressões de autonomia e desencontro com as estratégias homogeneizantes emanadas da produção tecnificada, aqui analisadas à luz de trabalhos empíricos.

TERRITÓRIO E CAMPESINATO: QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Tanto território quanto campesinato são conceitos sobre os quais não há consenso, o primeiro em virtude da enorme polissemia que o caracteriza; o segundo, por razões que remetem a questões doutrinárias, diria Martins (1981), já que diante de um cenário de lutas político-partidárias, preconizou-se o seu desaparecimento, *pari passu* à consolidação de relações de produção resumidas à oposição entre capital e trabalho.

Daí a pertinência de tomarmos parte no debate, até porque o consenso não apenas é um grande aliado do imobilismo como também os avanços do conhecimento devem ser creditados às discordâncias de ordem teórico-epistemológica, cujo pano de fundo são as divergências políticas, salutares ao enfrentamento de autoritarismos que tendem a emergir sempre que o suposto da verdade absoluta triunfa.

E isso é extremamente relevante neste momento em que a cruzada pelo pensamento único e pelas condutas padronizadas assume proporções antes impensáveis, e que no campo assume a defesa do negócio monocultor de larga escala. Tudo isso em um cenário no qual determinados interesses de classe se valem da mediação dos meios de comunicação de massa, que acabam por disseminar uma referência de agricultura em que se projeta a produção estritamente capitalista como símbolo da eficácia técnica e única alternativa possível à produção de alimentos, dissimulando quaisquer experiências pautadas em outros critérios.

Isso caracteriza o que Milton Santos (2004) chama de globalitarismo, com o triunfo da informação, que aproxima os agentes do capital imbuídos da tarefa de assegurar a realização da acumulação em escala ampliada, em prejuízo da comunicação, que aproxima os sujeitos não conectados em tais redes que, diga-se de passagem, mais excluem do que incluem. Sobre esta questão, assim postula Raffestin:

O mundialismo atualmente proposto é unitário, [e] procede de uma falsa racionalidade, que esmaga todas as diferenças em proveito de um modelo único. É uma tentativa de homogeneização que só pode ser traduzida, a longo prazo, por uma séria perda de autonomia, por uma contração das possibilidades de ação. O mundialismo que não é concebido como um sistema de diferenças está condenado a um enfraquecimento inevitável, após ter passado por uma fase de eficácia relativa (RAFFESTIN, 1993, p. 131- 132).

Homogeneidade e diversidade compõem, assim, como pólos opostos. A primeira, vinculada a um modelo societário que se quer aprofundar, como condição para a escalada da acumulação ampliada do capital. A segunda, como portadora de potencialidades de um outro devir, razão pela qual neste estágio de desenvolvimento das forças produtivas há tão pouco espaço para o plural.

Para fugir aos reducionismos que essa oposição possa porventura suscitar, nada melhor do que pensá-la a partir de um referencial que nos permita recuperar as suas manifestações concretas, e um modo de fazê-lo é remeter a problemática ao plano territorial, substrato cuja materialidade advém das ações humanas mediadas pelas relações de poder.

Isso requer uma discussão sobre o território que é, ao mesmo tempo, um conceito e uma categoria de análise fundamental da Geografia. Entretanto, prenhe de sig-

nificações, seja pelos referenciais teóricos que orientam sua incorporação, seja pela sua ausência nos constructos teóricos que negligenciam as bases materiais que fundam todas as relações.

Sendo assim, nosso recorte analítico procura dar relevo à questão da diversidade/autonomia, tônica de uma experiência de pesquisa/extensão que vimos desenvolvendo junto a comunidades camponesas do norte do Paraná, trabalho que foi concebido à luz de um referencial em que o conceito de recriação camponesa aparece como fundante, porque imbricado em uma concepção de território explicitada mais a frente.

Esse recorte, entre tantos possíveis, requer algumas considerações introdutórias acerca do método, pois é dele que deriva o projeto societário que cada um de nós busca, quando não semeia, a partir de nossas práticas cotidianas, da sala de aula aos espaços de pesquisa.

Tais intervenções, no entanto, ocorrem em um contexto conflitivo, sem a possibilidade de consensos plenos, tendo em vista que o conhecimento, apesar de ser socialmente produzido, deriva de uma sociedade que nada tem de homogênea, nem tampouco de harmônica, porque submetida a interesses antagônicos oriundos das distinções de classe.

Como a ciência é um produto do trabalho humano no interior deste contexto, o conhecimento que daí deriva não apenas é parcial como também coerente com a lógica de classe da qual tomam parte os sujeitos de sua produção. É por esta razão que o conhecimento e a prática que este funda é fonte inalienável de poder.

Enfim, não há conhecimento neutro, como já se tem amplamente demonstrado no profícuo debate teórico sobre a filosofia da ciência, sendo igualmente necessário advertir que os conceitos e até mesmo os argumentos utilizados para publicizar o

desvendamento da realidade nada têm de imparciais, porque comprometidos com a ordem que emana destas posições distintas.

Em outras palavras, os recortes propostos, as escolhas metodológicas nos procedimentos investigativos e na sistematização das idéias são coerentes com uma orientação filosófica, teórica, que decorrem exatamente do lugar com o qual nos identificamos na estrutura das classes.

Entretanto, é necessário esclarecer que a concepção ortodoxa que se tem sobre as classes é insuficiente para elucidar esta questão. Até porque, como adverte Martins (1996, p.13), ela advém de um legado fundado em um Marx mistificado, supra-histórico, que dissimula sua condição de homem de luta, empenhado na transformação da sociedade, como sujeito de sua própria época. Daí a difícil compreensão de que sua obra é inacabada, repleta de fios a desatar.

Martins vai além, ao salientar que a conversão de seu pensamento em doutrina nada mais foi do que uma estratégia de poder, na azáfama de legitimação do socialismo de Estado, a quem serviu o fetiche de um Marx convicto e concluso em seu legado teórico.

O método que se foi definindo ao longo da obra de Marx, que combina os momentos do método de investigação e do método de explicação [...] culmina com a análise inacabada sobre as classes sociais, isto é, sobre a primeira tríade: trabalho, terra e capital, ou seja, salário, renda e lucro. O pensamento de Marx não era binário, como o fez mais tarde o marxismo vulgar, e sim triádico. (MARTINS, 1996, p. 14)

Atento a estas lacunas, Shanin (2008, p. 35) invoca o necessário cuidado com determinadas fetichizações, entre as quais o entendimento do que vem a ser as classes na sociedade capitalista.

[...] o problema de classe, da natureza de classe, é mais freqüentemente definido como uma abstração lógica. Há uma abstração lógica que se chama de capitalismo. Nesta abstração tem o proletariado, que é evidentemente um proletariado puro, porque na abstração nenhum deles tem propriedade. E, tem uma classe de capitalistas que é dona dos meios de produção, claro, todos os meios de produção, e nada mais. Isso é uma abstração que exige um considerável ajuste se olharmos a realidade.

E para ilustrá-lo, recomenda que antes de pensarmos a cidade como lugar estrito da produção de mercadorias, é preciso considerar o caso dos trabalhadores urbanos russos que, contrariando a lógica de adquirir no mercado todos os bens indispensáveis à sua sobrevivência, extraem do próprio quintal uma parte dos alimentos de sua cesta de consumo.

Do mesmo modo, mostra como deve ser relativa a noção de proletários como trabalhadores desprovidos de qualquer propriedade, além da força de trabalho própria, já que os trabalhadores ingleses, em sua grande maioria, são proprietários da casa onde residem. Algo que não nos é tão estranho, pois a sobrevivência de parte dos trabalhadores brasileiros só é possível pelo fato de terem a própria moradia, sem que se considere a precariedade delas, bem como as imposições de auto-exploração para obtê-las, quando a renda monetária não lhes permitiria arcar com os custos de um aluguel. Entretanto, esta forma de propriedade não altera o seu papel fundamental no universo da produção social mediada pelo trabalho.

O uso de modelos exige que estejamos atentos ao risco de eles se tornarem mal compreendidos e assim contribuirão para nos confundir mais do que para entendermos a realidade. [...] "O dezoito Brumário de Luís Bonaparte", [tem] uma definição de classes. As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto

tal. Elas não são definidas pelo fato de que, em abstração, há os que não têm propriedade. [...] A questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem. [...] Porque é no fazer que as classes são definidas. (SHANIN, 2008, p. 36)

Tais indicações são preciosas para os apontamentos que aqui trazemos, em vista da complexidade do debate sobre território e classe camponesa. O fazer no qual as classes se definem é o da sua participação na esfera da produção e da reprodução social, o que em síntese redundava em produção do território.

Mas falar em território sem demarcar de que território se está tratando é um propósito sem qualquer serventia, dada a polissemia que este conceito envolve. E não se trata de uma imprecisão resultante dos marcos disciplinares, pois no interior da Geografia as abordagens que o contemplam também não são consensuais. Ademais, cabe lembrar que não há rigorosamente objetos próprios da ciência geográfica, o que igualmente se aplica às demais disciplinas. Por ser a realidade uma totalidade cambiante e indivisa, o que distingue e justifica os diferentes ramos do conhecimento são as indagações feitas e os encaminhamentos teórico-metodológicos para se chegar às respostas.

Enfim, o que nos distingue, então, são as perguntas geográficas que devemos elaborar diante de evidências da realidade, e é aí que a questão do território ganha uma centralidade singular. Todavia, a despeito da polissemia do conceito, um consenso parece inquestionável: o território, quando entendido como expressão material dos arranjos terrestres é, por excelência, um objeto de investigação geográfica, até porque no sentido etimológico, *torium* significa lugar, que precedido do termo *terra* significa lugar na terra, com nítido

caráter de localização vinculado à idéia de posse.

É daí que advém a associação obrigatória à noção de governança, inaugurada com a constituição dos Estados Nacionais modernos. E que possui relação com a produção de Friedrich Ratzel, considerado fundador da Geografia moderna e propoente da noção de território como área de domínio de um povo ou de um Estado.

Como já se tem debatido amplamente, a contribuição deste teórico se inscreve em um contexto de constituição tardia de seu país de origem, a Alemanha, que naquela ocasião necessitava instituir uma unidade nacional que fosse capaz de conferir suporte à retardatária corrida expansionista, considerando outras nações européias. Mas para isso era necessário dirimir conflitos internos, dissipadores de energias e recursos dos quais o projeto nacional não poderia prescindir. Essa é uma das origens do conceito como sinônimo de domínios do Estado-Nação, e que certamente é preñe de abstrações, ao forjar uma unidade sem qualquer respaldo no contexto de sociedades cindidas em classes.

Na atualidade, poderíamos enumerar diversas vinculações desta natureza, nas quais território remeteria a uma divisão político-administrativa, confundindo-se com poder de Estado Nacional.

O território é [...] uma jurisdição de um Estado, a projeção espacial de sua área de soberania e monopólio da autoridade. Contudo, o território, enquanto construção política, também aparece como uma referência identitária e um nexos de agregação de interesses. (MORAES, 2006, p. 44)

Milton Santos (2003, p. 19) também dá relevo à dimensão político-administrativa quando assinala que o território é “um nome político para o espaço de um país”. Contudo, reserva um ímpar esforço teórico para o trabalho analítico com o conceito, diversas vezes tomado como sinônimo de

espaço, o conceito-categoria central de sua obra. Para ele, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, no qual a técnica é o elemento primaz, ou em suas palavras, a autorização para o fazer, enquanto o trabalho, síntese desse encontro entre os dois sistemas, é o fazer autorizado pela técnica, e que revelam como, onde, por quem, por quê e para quê o território é usado. (SANTOS, 2004, p. 54, 55)

Tais apontamentos foram tomados como ponto de partida por Fernandes, em sua conceituação sobre o território, a saber:

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. [...] Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. [...] Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. (FERNANDES, 2008, p. 276)

Como se pode observar, o esforço para ir além da noção de governança envolve o par conceitual espaço x território, demarcando um debate conceitual que está longe de se esgotar, assim como também não está circunscrito a uma questão meramente semântica. Buscando situar temporalmente a prevalência de um sobre o outro, fato incontestável na Geografia Moderna, Berta Becker (1983) entende que a projeção do conceito de espaço em detrimento do de território seria explicado pela vinculação deste com o expansionismo e as práticas militaristas que demarcaram a geopolítica dos séculos XIX até a década de 1960.

Por sua vez, as mudanças sociopolíticas do Pós-Guerra e a redefinição dos papéis dos Estados-Nações ante a globalização da economia, teriam provocado o resgate do conceito de território, não apenas porque a

noção de espaço seria incapaz de comportar devidamente as dimensões e questões sociais que emergem como temas centrais da Geografia, mas também pelo fato de ter sido inaugurada uma nova ordem mundial, em que a acumulação de capital não poderia prescindir da governança em bases locais, nos termos da relação dialética entre o global e o local.

Os limites rígidos dos blocos estabelecidos pela guerra fria, prejudicam o conceito de limite territorial entre as nações dentro de cada bloco. [...]. A noção de território perde significância: valoriza-se a noção do espaço. [...] A reavaliação do papel do espaço e a reconstituição de sua potência social e política é uma exigência vinculada à nova realidade política após 1970, em que explodem as contradições decorrentes do modelo de industrialização calcado na tecnologia intensiva de capital. [...] Em face da multidimensionalidade do poder, o espaço reassume a sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (BECKER, 1983, p. 2, 3)

Tais assertivas convergem para os postulados de Raffestin (1993, p. 144), que não deixa de chamar a atenção para distinções precisas, em particular no que diz respeito ao entendimento de que espaço e território não são sinônimos. Ao comparar o espaço com “a prisão original” e o território com “a prisão que os homens constroem para si”, este autor nos fala que o espaço seria uma abstração, um dado que antecederia a constituição do território. Em outras palavras, qualquer espaço, ao ser alcançado por relações de poder, por ele entendidas como projeção de toda forma de trabalho e energia, converter-se-ia em território.

Sem desconsiderar tais contribuições, Souza (1995) e Haesbaert (2004, 2005) procuram ir além das definições de Raffestin. Para o primeiro, haveria um equívoco traduzido na coisificação/reificação do ter-

ritório, evidenciada na redução do espaço ao espaço natural, bem como na conversão de território em sinônimo de espaço social: “[...] o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*. (SOUZA, 1995, p. 97. Grifo do Autor)

Por sua vez, Haesbaert, sem perder de vista o pressuposto das relações de poder apontadas por Raffestin, assinala o caráter funcional e, ao mesmo tempo simbólico do território, senão vejamos:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘*territorium*’ são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, [...] para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2005, p. 6774. Grifos do Autor)

A riqueza deste debate remete a um dado do conhecimento: os conceitos são instituídos na dinâmica da realidade e, quanto mais esta for dinâmica e complexa, mais inacabados, em permanente construção eles deverão estar, sob pena de uma cristalização avessa ao seu fundamento que é o de iluminar a leitura da realidade.

Poderíamos, assim, assentir com Saquet (2007), quando assevera que o território é relacional, processual e (i)material. Isso

não torna menos válida a indicação de que se trata de “espaço delimitado por e para relações de poder [como] trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 60).

Entre os trunfos, poderíamos mencionar a permanente corrida pela redefinição das estratégias produtivas, respaldadas na subordinação de energia vital, bens e recursos aos imperativos da acumulação; mas não se trata de acumulação simples, e sim de acumulação ampliada, o que supõe avides ilimitada sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias. Daí que as ordenações territoriais modificam-se ao compasso das ações de produção, circulação e consumo, culminando na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

Trata-se, assim, de um território entendido não como reduto exclusivamente político-estatal, tampouco como se delimitado por recortes rígidos, mas coerente com os conflitos explícitos e implícitos nas relações de classe, os quais regulam o cambiante gradiente de forças, o poder a que se refere Raffestin. E que se impõe no interior da dinâmica da produção/reprodução social a qual, em última instância, é a expressão mais acabada das contradições de que nos fala Marx. Sobre elas assim se pronunciam Calabi e Indovina (1973, p. 2)

[...] as ‘transformações’ do território são um processo complexo ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção bem como às contradições de tal desenvolvimento. [...] as configurações do território são o resultado de forças complexas, unificadas, porém por uma lógica constante: a ligação existente entre configuração e lógica do desenvolvimento capitalista com as condições históricas dadas (políticas, físicas, sociais, conflituais).

Não se trata, assim, de um processo de mão única, como se as determinações do capital tivessem a propriedade de tudo dissolver e a tudo abarcar. Entrementes, o território é, dialeticamente, agente e suporte da reprodução capitalista, cuja lógica é, em grande medida, o agente primaz de sua ordenação, mesmo onde as relações tipicamente capitalistas não imperam. Em outras palavras, mesmo as frações alheias aos imperativos da acumulação acabam por defrontar-se com essa lógica, a qual imporá constrangimentos de várias ordens à autonomia plena. A título de exemplo, basta lembrar o caso da agricultura camponesa. Ainda que esta se dê fora dos marcos da alienação do trabalho, o princípio da sujeição da renda da terra ao capital, mediante a monopolização do território, prevalecerá. Mas com diferentes matizes, a depender da capacidade de resistência dos camponeses. É por isso que tais arranjos são inacabados e estão em permanente redefinição, de acordo com os campos de poder exercidos entre e intra-classes.

Neste caso, dois atributos estão no centro da disputa: o trabalho, único capaz de criar valor e a terra, inscrita em uma relação de propriedade por si geradora de um trunfo sem igual.

As relações de produção e propriedade interagem e constituem um sistema de relações de poder. [...] A terra sempre foi um trunfo mais ou menos disputado, conforme o lugar e o momento. As lutas camponesas são quase sempre um violento testemunho. (RAFFESTIN, 1993, p. 230)

A terra somente comparece como trunfo por seu caráter insubstituível, pois toda existência depende desse substrato material. A sua conversão em propriedade privada permitiu que poucos pudessem arbitrar sobre os critérios (monetários e não monetários) para a reprodução da sociedade, critérios estes referenciados pela renda da terra. É isso que não passou de-

sapercebido a Raffestin, quando advertiu que a propriedade fundiária encerra uma relação de poder por excelência.

Porém, existem diferentes gradientes de poder que emanam da propriedade privada, pois apenas uma parte delas está submetida ao controle tipicamente capitalista. Em outras palavras, ao mesmo tempo que temos a propriedade privada capitalista, temos a propriedade privada camponesa, e seus distintos campos de poder.

Aqui seria oportuno resgatar Lefebvre (apud HAESBAERT, 2005, p. 6775), quando adverte para a necessária distinção entre apropriação e dominação: a primeira remeteria ao valor de uso e a segunda ao valor de troca. Esta distinção entre apropriação e dominação é oportuna para pensarmos a questão da terra nos termos da propriedade privada camponesa e da propriedade privada capitalista.

Em síntese, basta considerar o que Prado Júnior (1981), seguido de Martins (1981), identificam como terra de trabalho e terra de negócios. Nestes termos, a propriedade capitalista enquadraria-se na lógica da *dominação* de que nos fala Lefebvre, pois trata-se de terra de negócios, tanto no sentido de meio de produção equivalente de capital, que oportuniza a extração da mais-valia por meio da contratação da força de trabalho que a coloca para produzir, quando no sentido da manutenção especulativa, a espera de uma valorização que permita o saque da renda capitalizada.

Por outro lado, *apropriação* seria o melhor termo para analisar essa relação de propriedade exercida pelos camponeses, por se tratar de terra cujo valor é o de uso, tendo centralidade a reprodução da família, que nela trabalha para garantir os intercâmbios materiais imprescindíveis à sua existência.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica 'apropriação' e não propriedade. Ora, a própria

apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos 'agentes' que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE apud HAESBAERT, 2005, p. 6775)

Estes são os contornos que envolvem essas duas modalidades de propriedade na contemporaneidade. Relação inconciliável, sobretudo com a emergência do paradigma tecnificado, pois enquanto as limitações técnicas não permitiram que a grande propriedade pudesse prescindir do trabalho vivo, mesmo no interior da propriedade privada capitalista, camponeses tinham acesso a fragmentos de terra nos termos da *apropriação* descrita, na qual produziam sua lavoura de excedente, articulada ao trabalho no negócio agrícola que justificava sua manutenção na terra de outrem.

Dito de outro modo, no contexto em que a energia humana era a base da agricultura, a única forma de o proprietário-negociante assegurar a produção dos bens requeridos pelo mercado era franquear ao campesinato o acesso à terra, por eles explorada em um sistema policultor, articulado às diversas modalidades de trabalho acessório na grande propriedade.

Com o advento da mecanização e da quimificação, pela primeira vez a escala de produção deixou de depender de braços em quantidade, e a maior parte dos camponeses vivendo de forma satelizada à grande produção tornou-se desnecessária, tendo sido expulsa do campo.

Ao mesmo tempo, esse paradigma produtivo pressupunha a padronização dos processos produtivos, como forma de potencializar o consumo dos bens industriais. Isso redundou em disseminação indiscriminada dos monocultivos, cada

vez mais apoiados na engenharia química e genética, como forma de atenuar os graves desequilíbrios ecológicos deles decorrentes.

Por se tratar de um desenvolvimento tecnológico em regime de monopólio, já que poucas empresas mundiais passaram a controlar a produção do pacote de consumo produtivo agrícola, o apelo da racionalidade técnica como sinônimo de eficiência produtiva se impôs.

No entanto, o que tem sido válido para os agronegociantes não o é para os camponeses: quanto maior a área cultivada, menores os custos proporcionais e maior o rendimento total. Em outras palavras, o critério da rentabilidade está fundado na questão da escala, o que os camponeses não têm a seu favor. Mas eles não foram poupados da incorporação do pacote tecnológico, até porque as políticas públicas foram orientadas para esse fim, de modo que já nos anos 1970 foram criados eficientes mecanismos fiscais e creditícios como forma de persuasão. Isso somente pode ser compreendido quando se considera que a agricultura, desde então, converteu-se num indispensável segmento de consumo das mercadorias industriais, em sua permanente necessidade de expansão de mercados.

Ao sabor das novidades, em termos de venenos, adubos e sementes, os camponeses que tinham recursos para adquiri-los, em sua maioria, acabaram se enredando nesta lógica de consumo, perdendo, ao mesmo tempo, os saberes e os instrumentos indissociáveis da produção diversificada e, com isso, a própria autonomia sofreu abalos.

Toda tentativa de eliminação das diferenças está repleta de um poder opressor que procura realizar, no espaço e no tempo, um campo de ação para se manifestar. Todo poder que se estabelece unifica, centraliza, concentra, homogeneiza, comprime, esma-

ga [...]. Em toda política de integração e de unificação existe uma vontade de apagar as diferenças. Por quê? Porque as resistências se engancham nessas diferenças, que são outros tantos obstáculos ao desenvolvimento de um poder total. Poder total e diferenças são incompatíveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 118)

Esse é o contexto da agricultura embalada no projeto hegemônico, quer por meio da monopolização das frações do território, busca o aprofundamento da padronização social e técnica, como forma de “racionalizar” as trocas mercantis. Não obstante, há mais de um século, Kautsky (1980) chamava a atenção para os riscos da lógica de mercado imperando na agricultura. Em sua época, preocupou-se com a prática emergente da seleção de espécies animais e vegetais com atributos de maior interesse para o mercado, como maior rendimento, quantidades aproveitáveis pronunciadas, entre outras, mas que negligenciavam aspectos como resistência a ataques de pragas, melhor adaptabilidade aos diferentes ecossistemas etc.

Deste contexto aos dias atuais, a engenharia genética deu saltos inomináveis aliando, ou seja, avançou-se na seleção/produção de variedades resistentes, com amplo escopo de adaptabilidade e elevados padrões de produtividade. Mas isso não eliminou o risco que inquietava Kautsky, antes o aprofundou. Para ficar somente no caso das sementes, a disseminação de alguns poucos cultivares se deu em prejuízo das variedades locais, em geral menos produtivas, porém em perfeita simbiose com o ambiente circundante. As promessas de eficiência produtiva das primeiras foram cumpridas, desde que aliadas ao consumo de um pacote de insumos altamente agressivo e oneroso.

Nessa lógica, ganharam os agronegociantes, cuja escala de produção lhes permitiu otimizar o uso do maquinário e

poupar em mão-de-obra, até porque estes têm a seu favor uma mobilidade patrimonial, que franqueia o acesso a novas terras sempre que a exploração predatória ameaça os lucros da atividade.

Perderam os camponeses, mesmo porque esse paradigma técnico é portador de um conteúdo técnico exógeno, completamente estranho ao saber instituído pelas ações cotidianas no trato com as lavouras e criações. Conhecimento, em suma, instituído na prática, orientada pela possibilidade dos ensaios e erros que só a autonomia sobre o trabalho e os meios de produção pode conferir, e que está em franca oposição ao primeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de mudar o mundo. As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedade (Teodor Shanin).

O conceito de conhecimento explicitado na epígrafe acima é o que tem mobilizado um grupo de pesquisadores no sentido de buscar, junto com os camponeses, estratégias capazes de resgatar/conservar tais saberes, tornando-os menos vulneráveis ao monopólio das sementes e insumos. Daí nasceu o projeto de produção, conservação e melhoramento genético participativo de sementes, em curso na região de Londrina.

Este projeto, cujas raízes estão em ações similares no Centro-Sul do Paraná empreendidas desde 1999 por membros da equipe, tem como princípio que ninguém melhor que os camponeses para atuar na proteção do patrimônio genético, perigosamente erodido na atualidade.

Produzir, conservar e melhorar semen-

tes que já estão em poder das comunidades, além das outras formas de aquisição/disponibilização, tem sido possível graças ao envolvimento mútuo. Desde os ensaios de competição, são elas que acompanham cotidianamente o ciclo vegetativo das variedades semeadas, o que lhes permite escolher aquelas mais adequadas aos seus sistemas produtivos.

Tais escolhas necessariamente são diversas no interior das comunidades, pois os arranjos produtivos de cada sítio guardam relação com o que Chayanov (1974) denominou de balanço entre trabalho e consumo, o que inclui composição da força de trabalho familiar, áreas disponíveis, equipamentos e infra-estrutura, entre outros, e que não coincidem.

Pudemos observar no assentamento Pó de Serra, no município de Londrina, como essa diversidade opera. Em um dos sítios envolvidos no projeto, a escolha do milho a ser submetido ao melhoramento genético recaiu sobre uma variedade cuja característica mais marcante, descontadas as particularidades como competitividade em termos de índices de germinação, resistência a doenças, menor incidência de acamamento e quebraimento das plantas em fase de crescimento, entre outras, foi a quantidade de massa verde das plantas.

Explicou-nos a agricultora que a produção de milho em seu sítio não tem por finalidade a comercialização dos grãos, mas a alimentação das aves e animais. Contudo, o fato de a criação de ovelhas ser uma das atividades comerciais importantes de seu sítio é o que determinou a escolha, já que a área destinada às pastagens é insuficiente para a alimentação do rebanho, o que requer a produção de silagem. Desse modo, a família em questão poderá tirar proveito do desempenho singular da variedade neste quesito.

Aliás, atuar como agricultora experimentadora lhe acenou com um projeto de

intensificação da exploração do sítio: sua família começa a almejar a ampliação do rebanho ovino. Mas a maior implicação deste trabalho é a possibilidade que começa a se desenhar de o sítio ser capaz de proporcionar renda que compense o trabalho acessório indispensável à composição do consumo familiar.

Ao ser indagada sobre os projetos futuros ela foi categórica: “a gente sonha em poder viver só do sítio. [...] Eu acredito que um dia meu marido não vai mais precisar trabalhar para fora, e a gente vai poder viver mais sossegado”. (I., Sítio Bom Jesus)

Por outro lado, a escolha de um agricultor (J., Sítio Nova Esperança) que tem nas lavouras temporárias as atividades comerciais predominantes, foi oposta: a variedade submetida ao melhoramento genético é a que apresentou o melhor desempenho em termos de produção de grãos, produto que efetivamente será enviado ao mercado.

Enfim, nesse trabalho vimos materializada a possibilidade de articulação de saberes: o saber científico e o saber camponês, erigido no fazer cotidiano, e que tem um componente que buscamos reproduzir na academia: a experimentação submetida ao crivo da avaliação.

Ainda que a partir de parâmetros de avaliação distintos daqueles que conferem a tão falada cientificidade às práticas acadêmicas, e que via de regra são legitimadas em rigores analíticos calcados na mensuração. A avaliação que orienta as práticas camponesas, mesmo sem abdicar da mensuração, é aquela baseada em parâmetros de eficiência que nem sempre são coerentes com critérios formais em que se contabiliza investimentos e receita líquida.

E aí está o sentido de entender a lógica peculiar que os move, pois as intervenções propostas no seio da tecnificação são incompatíveis com suas necessidades e potencialidades produtivas.

Ainda que tenhamos clareza de que a escala desse trabalho é incompatível com a voracidade do capital em sua estratégia de monopolização do território e de territorialização, não perdemos de vista os apontamentos de Raffestin (1993), quando exorta para a compreensão multiescalar do território, ensinando que toda sociedade, ao delimitar um espaço de vivência, no qual se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luis Carlos; SANTOS, Roseli Alves. **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; COSTA, R.H.; SILVEIRA, C.B. (Orgs.). **Abordagens políticas e espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 1-8.
- CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**. Veneza, ano IV, n. 2, junho 1973. (Mimeografado).
- CARVALHO, Horacio M. (Org.). **Sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARVALHO, Vandemar de Paula et al. Genetic diversity among maize (*Zea mays* L.) landraces assessed by RAPD markers. **Genetics and Molecular Biology**, Brasil, v. 27, n. 2, p. 228-236, 2004.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.
- FERREIRA Josué Maldonado et al. Atuação participativa entre a UEL e agricultores familiares da Região Centro Sul do Paraná na conservação e melhora-mento de variedades de milho. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL. Gramado, 2003. p.110-111.
- FERREIRA, Josué Maldonado et al. Parâmetros genéticos estimados em 29 populações de milho crioulo. In: III SIMPÓSIO DE RECURSOS GENÉTICOS PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2001, Londrina. Anais. Londrina: Gráfica e Editora Norte, 2001. p.289-290.
- FERREIRA, J. M. et al. Fitomejoramiento participativo de variedades de maíz criollo: una experiencia en la Región Centro Sur de Paraná, Brasil. In: LABRADA, Humberto Rios et al (Org.). **Fitomejoramiento Participativo: los agricultores mejoran cultivos**. Havana: Instituto Nacional de Ciencias Agricolas (INCA), v. 1, p. 1-300, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: Pequena contribuição crítica ao modelo agrário / agrícola de uso de recursos naturais. In: MARQUES; M.I.M.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 207-253.
- GUZMAN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6791.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.
- LEFEBVRE, Henry. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **O capital**, Livro 3, Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. In: LEMOS, A. I.G.; SILVEIRA, M.L.; ARROYO, M. **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 41-54.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Unesp, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-48.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

TARDIN, José Maria et al. A semente que caiu em terra boa: a trajetória de um movimento social em defesa da agrobiodiversidade. **Revista Agrícolas: Experiências em Agroecologia, Brasil**, v. 1, n. 1, p. 44-47, 2004.

(Recebido em 18/06/2008 e aceito para publicação em 05/12/2009)